

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2023

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Iniciativa:

Ementa:

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1944/2022, que “altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil”.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 16/06/2023 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Destino: -

Último estado: 21/06/2023 - REQUERIMENTO APROVADO

TRAMITAÇÃO

21/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: REQUERIMENTO APROVADO

Ação: Na 41ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o requerimento.

19/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 41ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 21/06/2023.

16/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 08:22.

DOCUMENTOS

REQ 49/2023 - CDH

Data: 16/06/2023

Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1944/2022, que “altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2023

DOCUMENTOS

piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil".